



Discurso do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, na Campanha da Fraternidade

(22/5/2014, às 19h30, na Câmara Municipal de São Paulo)

Boa noite a todos e todas,

É uma satisfação estar aqui para discutir a grave questão o tráfico de pessoas. Agradeço o vereador Paulo Fiorilo pelo convite.

Cumprimento a professora Tânia, os bispos Dom Odilo, Dom Milton, Dom Luiz, Dom Fernando e Dom Manuel, e os vereadores Jair Tatto, Juliana Cardoso e Nabil Bonduki. Ao cumprimentá-los, saúdo todos os presentes.

O tráfico de pessoas e o trabalho escravo são graves violações de direitos humanos que persistem até hoje. São fenômenos associados e precisam ser analisados de forma integrada.

Segundo o Ministério da Justiça, de 2005 a 2011, 514 inquéritos foram instaurados pela Polícia Federal por tráfico de pessoas no Brasil, sendo que 344 foram de trabalho escravo, 157 de tráfico internacional e 13 de tráfico interno. Segundo relatório do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal da Polícia Militar, os números são ainda maiores, indicando que foram 1735 vítimas de tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual entre 2006 e 2011.

Essa realidade é inaceitável e, em qualquer hipótese, não podemos perder de vista que essas violações ocorrem principalmente porque as vítimas estão em situação de vulnerabilidade e nosso foco principal deve ser a redução dessa fragilidade.

Além disso, não podemos deixar nossa moralidade julgar as vítimas do tráfico humano e da escravização. Quero dizer, ainda que uma mulher decida viajar para outro país para se prostituir, é inadmissível que ela tenha sua liberdade restringida pelos aliciadores e agenciadores.

As vítimas do tráfico e da escravização são sempre vítimas, independente do tipo de trabalho que elas esperavam fazer ao chegar ao país de destino.

É dever dos entes federados atuar intensamente para erradicar as situações de tráfico humano e trabalho escravo. Para isso, é necessário investir na prevenção, especialmente por meio da garantia de direitos que reduzam a vulnerabilidade social, além da ampla difusão de informações sobre o tema às vítimas potenciais e agentes públicos.

Para além da prevenção, os poderes públicos devem se articular para trabalhar com a repressão, especialmente pela inteligência contra as redes de tráfico e também devem ter foco no resgate e na assistência às vítimas resgatadas.

Esta atenção especial deve ser transversal e intersetorial, com foco tanto nos brasileiros quanto nos imigrantes.

No âmbito da Prefeitura de São Paulo, estamos começando a trabalhar com muita ênfase nesta área. Estamos ajustando as políticas anteriores e agregando novas iniciativas.

Criamos na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) uma assessoria especial sobre trabalho decente, que trabalha com os temas de trabalho escravo, trabalho infantil e tráfico de pessoas. Também instituímos a primeira Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo do País.

A COMTRAE é paritária entre membros governamentais e da sociedade civil e é um importante fórum para fomentar a política municipal de combate ao trabalho escravo. Entre seus objetivos iniciais está a construção da política e do plano municipal de enfrentamento ao trabalho escravo, em articulação com o 2º Plano Nacional para a

Erradicação do Trabalho Escravo e o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Ainda na nossa secretaria, há a nova Coordenação de Políticas para Migrantes, que já tem atuado em diversas frentes para garantir direitos e reduzir as vulnerabilidades dos estrangeiros que vêm para São Paulo. Promovemos, por exemplo, acordos de cooperação com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil para promover a bancarização dos imigrantes, reduzindo a vulnerabilidade das pessoas que precisavam guardar o dinheiro em casa. Além de reduzir as chances de assalto, a bancarização também evita que as pessoas confiem seus pagamentos aos seus chefes, criando ainda mais esse vínculo de dependência.

O prefeito Fernando Haddad, que em seu programa de governo já tinha assinado a carta-compromisso contra o trabalho escravo, assinou em outubro do ano passado o Acordo de Cooperação Técnica com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), para a elaboração, promoção e implementação de uma agenda de trabalho decente no município de São Paulo.

Visando garantir a transversalidade e intersetorialidade, sete secretarias estão envolvidas na construção desta agenda: Relações Internacionais e Federativas; Direitos Humanos e Cidadania; Pessoa com Deficiência; Assistência e Desenvolvimento Social; Promoção da Igualdade Racial; Saúde; e Educação, além dos gabinetes da primeira-dama, Ana Estela Haddad, e da vice-prefeita, Nádia Campeão.

Essa agenda deverá definir, de forma participativa, as prioridades, os resultados e as estratégias de ação para a promoção do trabalho decente no município de São Paulo. Para cada prioridade deverá ser elaborado um respectivo plano de implementação, a partir de consulta aos atores sociais envolvidos com o tema.

A agenda de trabalho decente no município de São Paulo também se soma como um instrumento de superação da pobreza, redução das desigualdades sociais, garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável da Cidade. Poderá

ser um marco para o trabalho em cooperação entre governo, trabalhadores e empregadores, com o foco em três prioridades: gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, bem como fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.

Complementarmente, foi assinado pela vice-prefeita um acordo específico com a OIT para o trabalho decente na Copa, visando uma proteção especial durante o grande evento.

Por fim, está para ser instituído o comitê intersetorial para enfrentamento ao tráfico de pessoas no município, coordenado pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana, em parceria com a SMDHC.

O Comitê que será composto por 10 secretarias municipais, 5 secretarias estaduais e poderá contar com representantes da sociedade civil e outros órgãos convidados, com o objetivo de articular a política do município para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, em consonância com as diretrizes do governo federal e a rede nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

São ações que devem ajudar a superarmos a lamentável realidade do tráfico de pessoas e garantir os direitos fundamentais das pessoas na Cidade. Ainda há um longo caminho a percorrer e a participação de todos ajuda a construir as melhores saídas.

Forte abraço e obrigado!